

Seria a Governança Global do Meio Ambiente um Tipo Ideal de Max Weber?¹

Karina Martins²
Centro Universitário Euro-Americano

Resumo: O breve ensaio ora apresentado, propõe-se a debater a relação do conceito weberiano de tipo ideal com a formação da governança global do meio ambiente. O faz partindo do individualismo metodológico defendido por Weber, implicando na ideia de que, apesar das análises sociológicas tratarem de fenômenos coletivos, o ator dá como sentido à ação o ponto de partida para análise dos fenômenos sociais.

Palavras-chave: Max Weber. Individualismo metodológico. Tipo ideal. Governança; Governança Global.

Max Weber nasceu em Erfurt, Turíngia em 1864, na Alemanha, de família rica: seu pai era advogado e político e sua mãe, culta e liberal, de fé protestante.

Consta que aos 13 anos já redigia ensaios históricos de fôlegos. Doutor em Direito, atuou como professor na Universidade de Berlim e também como assessor do governo.

Interessou-se por várias áreas do conhecimento, especialmente a economia política, filosofia e história. Atuou como coeditor do Arquivo de Ciências Sociais, publicação importante para os estudos sociológicos na Alemanha.

¹ Artigo apresentado como avaliação na disciplina intitulada Estado e Sociedade em Max Weber, ministrada, no Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência com ênfase em Ciência Política, pelo Dr. Manoel Santana Cardoso (<http://lattes.cnpq.br/8781184785858606>), em 02 de novembro de 2016.

² Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Violência com ênfase em Ciência Política no Centro Universitário Euro-Americano - DF. Especialista em Direito Agroambiental e Sustentabilidade pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT/MT. Especialista em Direito e Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes - UCAM/RJ. Advogada. Docente e orientadora na Graduação do Curso de Direito e Administração no Centro Universitário Euro Americano - UNIEURO/DF. e-mail karina.martins@unieuro.com.br ou martinskarina@terra.com.br. (<http://lattes.cnpq.br/3756055253190223>).

Foi professor em Berlim, Friburgo, Heidelberg, Viena e Munique. Em 1891, participou da fundação da Federação Pan-Germanista. Em 1911, como um dos fundadores do Partido Democrático Alemão (DDP), fez conferências em que pedia o imperador Guilherme II abdicasse do trono. Também fez parte da delegação alemã que negociou a paz, no fim da Primeira Guerra — negociação essa que culminou no Tratado de Versalhes. Participou do movimento da criação da república de Weimar, tendo sido um dos redatores da Constituição promulgada em 1919.

De saúde precária, nos seus últimos anos de vida, restringiu-se a dar conferências em Viena e em Munique. Desde 1898 foi assolado por depressões agudas e crises nervosas, entre as quais produzia sem cessar uma obra intelectual. Morreu em 1920.

Para o estudo e a compreensão dos problemas sociais a obra de Max Weber é para a nova juventude do mundo atual propedêutica necessária, pois é ela a tentativa mais bem sucedida de estabelecimento de uma ciência sociológica efetiva. A sociologia weberiana é uma ferramenta, um instrumento que pode ser utilizado na organização da sociedade (RAMOS, 2006, p. 268).

É a partir de Max Weber que a sociologia se emancipa definitivamente do normativismo, se liberta de certa tendência reformista que a impedia a invadir, não sem os clamores das vítimas, os feudos da moral, da religião, da profecia e da filosofia.

A importância do estudo da obra de Max Weber decorre principalmente deste resultado. Se bem feito, o que se ganha com ele é uma atitude genuinamente científica diante do mundo, uma aptidão para discernir o espúrio do legítimo, aptidão tão parcamente distribuída entre os homens e de que tão urgentemente necessitam no país culturalmente colonial como Brasil, a exemplo (RAMOS, 2006, p. 268).

A sociologia weberiana fundamenta-se nas análises das manifestações sociais concretas, o que remete ao conceito do que seria, nesse âmbito, o legítimo objeto da sociologia — a ação social — que, por sua vez, “(...) significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (Weber, 1999a, p. 3).

A definição de ação social, presente nos estudos de Weber, demonstra uma ênfase sociológica na conduta que o ator subjetivamente orienta para o comportamento de outro, podendo essa ação social ser orientada para o comportamento de outro indivíduo, de um grupo de indivíduos ou ainda de uma pluralidade indefinida de indivíduos (COHEN, 2004).

Nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social, senão apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outras pessoas. Um choque entre dois ciclistas, por exemplo, é um simples acontecimento do mesmo caráter de um fenômeno natural. Ao contrário, já constituíram “ações sociais” as tentativas de desvio de ambos e o xingamento ou a pancadaria ou a discussão pacífica após o choque (WEBER, 1999b, p.14).

Para se compreender as evidências declaradas nos sentidos das ações refere-se ao entendimento da percepção em um caso historicamente fomentado, numa relação de casos ou num tipo puro, ou seja, o que não resulta de modo algum em um sentido verdadeiro ou correto, e é partindo dessa premissa que Weber identifica a diferença entre o que ele caracteriza de ciências empíricas de ação, como sociologia e a história, e outras ciências dogmáticas, como lógica, a ética ou a jurisprudência — que tem por intenção investigar em seus objetos um sentido correto (WEBER, 1999a). A ideia de ciência posta é a de um conhecimento em constante vir a ser, e jamais de um conhecimento pronto e acabado; entretanto, essa ciência é dotada de certa validade hegemônica em seus conhecimentos (OLIVEIRA, 2008, p. 3).

Com os meios da nossa ciência, nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza. Mas o certo é que buscará em vão outra verdade que substitua a Ciência naquilo que somente ela pode oferecer, isto é, conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido (WEBER, 1999b, p.126).

Em assim sendo, a apreensão dos fenômenos sociais implica na compreensão de que o ator social, enquanto agente reflexivo situado em um contexto social específico, possui informações e razões únicas para agir da forma que age. Então, compreender o motivo, a relação de sentido presente nas ações, é justamente o que permite apreender o fundamento de uma determinada conduta do indivíduo (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

(...) o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” quanto ao método. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por ele, de que nos estudos dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínsecos, vale dizer, sem termos sociológicos de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações (COHN, 2004, p. 26)

Pode-se afirmar que o individualismo metodológico tem seu germe com a tradição utilitária e liberal que surgiu a partir dos acontecimentos de 1789 ocorridos na França. O movimento era a Revolução Industrial, que derrubou o Antigo Regime e fundamentou os desejos de uma “nova era”. As principais bases filosóficas desta concepção são encontradas nos escritos do utilitarista Tomas Hobbes e em John Locke (BARROS, sd. p. 9).

Para Hobbes os homens, no estado de natureza, eram egoístas: “o homem é o lobo do homem”. Para não se matarem uns aos outros decidiram elaborar um pacto. Através da ação humana foi criado um corpo político artificial, o Estado (Leviatã), que tinha por função garantir a liberdade e o bem comum dos homens. No entanto, Locke partia da definição de direito natural. O Estado tem por finalidade garantir o direito natural de propriedade, incluindo nesta ideia, a vida, a liberdade e os bens alcançados pelo trabalho, que segundo o autor era necessário para a conservação dos outros direitos.

A teoria liberal, associada ao pensamento filosófico mencionado, exerceu grande influência em Weber. Desenvolveu uma sociologia baseada na realidade individual. O indivíduo é que compõe e tem a possibilidade de dar sentido e significado à realidade social.

Sendo assim o individualismo metodológico weberiano não expressa apenas um simples princípio constituinte da sociologia compreensiva, mas demonstra o rigor com o qual Weber adéqua os meios e os fins em suas análises, de tal sorte que, ao relacionar a ciência ao empírico, o faz exatamente fugindo de possíveis análises não acessíveis empiricamente e que não podem ser traduzidas em conjuntos concretos de ações (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

A compreensão das mediações de sentido, ou de interesse, presentes nas ações sociais remetem à sociologia weberiana a busca por um método que alcance, ao mesmo tempo, a apreensão dos processos da experiência humana e a objetividade necessária às explicações sociológicas, objetividade tal que não está dada no empírico analisado, mas sim nas ideias que dão ao empírico o valor de conhecimento (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

Nesse sentir, como meio de execução das análises sociais, Weber se mune de um aparato metodológico de extrema coerência com os fins a que a sociologia compreensiva se propõe, em cujo aparato estão inclusos instrumentos que permitem ao pesquisador investigar os fenômenos particulares sem se perder em meio à infinidade de aspectos concretos.

Tem-se Weber o conceito de tipo ideal, como instrumento metodológico balizar de sua teoria, que exprime um objeto categoricamente construído (WEBER, 1992), um objeto selecionado e apresentado em sua forma pura, o que vai aplanar a compreensão de aspectos do fenômeno social, a partir da presença de uma maior ou menor aproximação com o tipo ideal.

Qual é, em face disso, a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência *empírica*, tal como nós pretendemos praticá-la? Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui tratamos, ‘ideais’ em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do exemplar. Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa *imaginação* e, conseqüentemente, ‘objetivamente possíveis’, e que parecem *adequadas* ao nosso saber nomológico³ (WEBER, 1999b, p.121, grifos do autor).

A construção de um tipo ideal contribui para precisar o conteúdo de diversos conceitos e é precedida exatamente pelo recorte dos elementos conceituais de um fenômeno social, através do qual, as inter-relações são confrontadas com formas típicas dispostas pelo pesquisador. E é “somente desta maneira, partindo do tipo puro (‘ideal’), pode realizar-se uma casuística sociológica.” (WEBER, 1999a, p. 12).

O cientista tem diante de si uma realidade única — histórica e social — sempre múltipla e em transformação. Sua função é fixar os traços principais de cada fenômeno e com estes traços configurar um conceito com o qual poderá trabalhar com certa uniformidade.

Weber fiel ao seu propósito, o *tipo ideal* corresponde a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de comum, constituindo assim um conceito individualizante e histórico. Atento à construção de conceitos, Weber refere-se ao *tipo ideal* da seguinte forma:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, permite antigo encadeamento da grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltava pra completar, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois se trata de uma utopia (WEBER, 1999b, p. 106).

³ Na sociologia weberiana o conhecimento nomológico se traduz em conexões regulares entre típicos elementos da realidade concreta (OLIVEIRA, 2008, p. 6).

Para que uma explicação do tipo ideal seja considerada adequada, em termos de causalidade e significado, faz-se necessária uma generalização tipológica que seja objetivamente possível, no sentido de que os fenômenos se aproximam mais ou menos do tipo puro especificado, bem como que seja subjetivamente significativa, no sentido de que o tipo de ação social é compreensível em nível de motivação individual (MONTEIRO; CARDOSO, 2002).

A definição de tipo ideal, todavia, não se cristaliza para permanecer imune às modificações sociais, ao contrário, pois,

(...) a história das ciências da vida social é e continuará a ser uma alternância constante entre a tentativa de ordenar teoricamente os fatos mediante uma construção de conceitos, a decomposição dos quadros mentais assim obtidos, devido a uma ampliação e deslocamento do horizonte científico, e a construção de novos conceitos sobre a base assim modificada, Nisto de modo algum se expressa o caráter errôneo da intenção de criar em geral sistemas conceituais, pois qualquer ciência — mesmo a simples histórica descritiva — trabalha o repertório de sua época (WEBER, 1999a, p. 121).

Antes de relacionar-se o tipo ideal com a governança global, devem-se tecer algumas considerações sobre o conceito e aplicação dessas na ordem nacional e transnacional. O que se passa a fazer.

Debate-se o tema governança no que se refere tanto ao seu significado, como à amplitude das questões que envolvem. As situações apontadas como de governança indicam a importância da participação dos atores cujos interesses estejam em questão nos processos de tomada de decisões e de gestão (LORENZETTI; CARRION, 2012, p. 721). Governança não é sinônimo de governo. A governança seria um fenômeno mais amplo, por envolver, paralelamente, as instituições governamentais e o comprometimento de atores privados não governamentais (ROSENAU; CZEMPIEL, 1992).

A expressão *governance* surge a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial, “tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (DINIZ, 1995, p. 400).

Ainda segundo Diniz, “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (DINIZ, 1995, p. 400). A capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, e sim também a forma pela qual o governo exerce o seu poder.

Segundo o Banco Mundial, em seu documento *Governance and Development*, de 1992, a definição geral de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”. Precisando melhor,

“é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções” (BANCO MUNDIAL, 1992).

Governança diz respeito aos meios e processos que são utilizados para produzir resultados eficazes. Vale destacar a sua dimensão de atividade, já que governança tem a ver com atos propositados, e não apenas comandos tácitos.

A problemática ambiental se enquadra como importante temática no âmbito da governança, se considerar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano universal⁴, cuja gestão deve, portanto, contemplar a participação de diferentes atores. Quanto à dimensão transnacional, a questão ambiental desafia as fronteiras e a soberania dos Estados-Nação, ao exigir o reconhecimento da interdependência ecológica entre os territórios globais.

O caráter global e transfronteiriço do meio ambiente podem levar a conflitos, seja devido à disputa por recursos, uso do solo, seja das formas de consumo adotadas pelos países ricos. Nesse cenário, urge o debate sobre governança global do meio ambiente, pois o problema ambiental é uma questão global (ROSA; BUENO, 2013, p. 4).

No melhor cenário possível, tomada a decisão de enfrentar o enorme problema existente, será necessário o alinhamento de muitos governos promovendo a criação de uma governança global pró ativa que regule todas as facetas que geram a crise do meio ambiente.

⁴ O artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, diz que “todo ser humano tem direito à vida”, o que pode ser interpretado como direito a um ambiente ecologicamente equilibrado.

Finkelstein ressalta que o estudo sobre governança global está preocupado não apenas com decisões, mas também com suas consequências — por exemplo, efeitos distributivos, programas e projetos, eficácia, consentimento, e implementação doméstica (FINKELSTEIN, 1991, p. 369).

Para lograr tais objetivos, nas democracias é preciso que haja a concorrência dos governantes (Estado) e dos cidadãos e de suas organizações (sociedade civil organizada) “para construir consensos que tornem possível formular políticas que permitam responder equilibradamente ao que a sociedade espera do governo” (TOMASSINI, 2001, p. 45).

Devido ao seu amplo entendimento, a governança global pode ser analisada como um componente que contém o regime internacional (PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p.130).

Deste modo, em Goulart e Gomes (2008) o conceito de governança global pode ser compreendido como um elemento mais vasto do que o Estado, incorporando as abordagens organizacionais, os mecanismos informais e não pertencentes ao governo, que estimulam os agentes que o compõe em tomar determinadas medidas. Esta aplicação pode ser tão ampla como menciona Kratochwil e Ruggie (1986), pois:

o processo de governança internacional pode ser associado ao conceito de regime internacional. Logo, o Regime Internacional de Meio Ambiente é uma forma de se aplicar a governança global (KRATOCHWIL; RUGGIE, 1986; GOULART; GOMES, 2008).

Para Yuan- Tseh Lee, vencedor de um Prêmio Nobel de química (1986), a humanidade segue um rumo preocupante. Estamos todos interconectados por meio do ambiente natural e dos processos de globalização. Ressalta o autor que a humanidade inter-relacionada combina seu modo de vida insustentável com uma industrialização acelerada e os resultados são pandemias e mudanças climáticas globais, escassez de alimentos e água em algumas regiões e desperdício dos mesmos em outras (LEE, 2010, p. 28).

Ressalta o mesmo autor que:

Para que a ciência tecnologia resolva os problemas enfrentados pelo homem no século XXI, não basta que ambas avancem em ritmo acelerado. [...] os problemas sérios relacionados ao desenvolvimento sustentável não serão resolvidos, a menos que [...] aprendemos a trabalhar juntos para além das fronteiras nacionais e prestemos mais atenção a nossa competitividade global coletiva para solucionar os problemas de todo o mundo, ao invés de continuarmos preocupados apenas com a competitividade nacional de nossos próprios países (LEE, 2010, p. 33).

Nesse sentir, Lee preconiza um tipo de governo global, no intuito de livrar a ciência desta subordinação ao interesse próprio nacional à medida que o mundo se torna mais e mais globalizado, fica evidente a necessidade de algo como um governo global que possa resolver o conflito entre os interesses dos estados-nação dos interesses de todo mundo (LEE, 2010, p. 33).

Porém, não pode se afirmar que a governança será eficaz, ou mesmo democrática. Em termos básicos, problemas globais impactam simultaneamente muitas ações, fato que faz da governança global a solução prática inevitável.

Há que se levar em conta a desigualdade política entre os estados-nação. Aqui, define-se desigualdade política como uma questão de quem influencia as decisões dos organismos responsáveis pelas mesmas. Considera-se a desigualdade política como conceito multidimensional — englobando voz e reação — que ocorrem todos os tipos de estrutura de governança, organizações do movimento social a governos locais e nacionais, até a governança global (DUBROW, 2013, p. 99).

Voz refere-se como público comunica seus interesses aos tomadores de decisão, seja diretamente ou através de representantes. Reação refere-se a como os tomadores de decisão agem com relação ao seu público e assumir as formas de representações simbólicas e de políticas. Argumenta-se, um conceito flexível de desigualdade política, pode ser aplicadas às distintas nações diferentes épocas, bem como todos os tipos de sistema de tomada de decisão política (DUBROW, 2013, p. 99).

É de clareza hialina, que ao longo da rota para a governança global democrática, encontra-se os obstáculos da desigualdade política entre nações e dos interesses nacionalistas dentro das mesmas.

Para Markoff o que se entende por democracia vem mudando ao longo do tempo. Embora seja geralmente "um tanto arriscado especular sobre mudanças radicais no modo de pensar" (MARKOFF, 1999, p. 35), antecipa uma potencial mudança na forma de pensar sobre democracia no momento em que nossas superadas noções de fronteiras nacionais entram em colisão conservemos globais.

Desta feita, assim como Lee (2010), ao tratar dessa questão, Markoff apresenta um rol de iminentes desastres simultâneos, entre os quais se destacam terríveis pandemias globais, criminalidade transnacional, proliferação nuclear, crise econômica mundial em mudanças climáticas globais. Esses problemas e não respeitam as fronteiras nacionais.

Portanto, há que se fazer necessário a criação de agências transnacionais. É verdade que algumas já existem: a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional são alguns dos principais exemplos. A governança global é uma forma de os países coordenarem ações em frente múltiplas e simultâneas.

Volta-se, agora, aos obstáculos interpostos na rota para a governança global. Para amenizar os efeitos das atividades humanas em desfavor do meio ambiente, será mesmo a governança global inevitável?

A par do exposto tem-se governança global com a regulação de relações internacionais sem uma autoridade centralizada, significando que os esforços para lidar com necessidades interdependente são voluntários. Como a governança global compete com a soberania nacional, estados nação resistem a centralização de muito poder e um só organismo global.

Apesar do antagonismo com soberania nacional, a institucionalização da governança global tem se acelerado; Os estados estão cientes de que nenhuma nação isolada será capaz de resolver os problemas mundiais, a globalização forçou até mesmo os países mais nacionalistas a colaborar além das fronteiras nacionais (KRAHMANN, 2003, p.329-330).

Duas hipóteses principais podem responder a questão da inevitabilidade da governança: a hipótese da governança global e a hipótese da resistência nacionalista. Refere-se a hipótese da governança global ao fato de que quanto mais problemas forem de âmbito mundial, maiores as chances do surgimento e desenvolvimento da governança global.

Segundo Lee (2010) e Markoff (2013), alguma forma de governança global e o resultado pragmático de problemas naturais de origem humana em âmbito mundial. O fato de haver estruturas de governança global estabelecidas fornece apoio empírico a uma resposta positiva.

Uma hipótese alternativa postula um mundo em que ocorre o oposto: apesar dos crescentes problemas globais, as nações irão abster-se de compromissos internacionais os quais acreditem que limitarão sua capacidade de agir por seus próprios interesses localistas. Esta é a hipótese da resistência nacionalista.

Denota-se aqui, resistência como processo de resfriamento e de desvio em direção ao unilateralismo, no qual as nações esquivam-se das estratégias da governança global. Como nacionalista refere-se a uma visão dos eventos mundiais focada no âmbito da nação, semelhante ao unilateralismo (HOWARD, 2010).

O atual consenso é de que algum tipo de governança global é inevitável. Segundo Keohane (2002, p. 2), a globalização torna indispensável certo grau de regulamentação em nível global.

Vale enfatizar que a humanidade continuará a ser uma grande força geológica por muitos milênios, talvez milhões de anos, por vir. Desenvolver uma estratégia universalmente aceita para garantir a sustentabilidade do sistema de suporte de vida da Terra contra tensões induzidas pelo homem é um dos maiores desafios de investigação e política (STEFFEN, et al., 2006).

Sinais sugerem que o contexto intelectual, cultural, político e legal que permitiu a grande aceleração depois de 1945 mudou de maneiras que poderiam levar a isso. Não surpreendentemente, algumas pessoas observaram impactos humano sobre o meio ambiente por séculos e até milênios atrás. No entanto, como uma grande preocupação social que data de 1960, com a ascensão do ambientalismo moderno, observações mostraram que a concentração de CO₂ na atmosfera estava subindo acentuadamente.

Na década de 1980 medições de temperatura mostrou que o aquecimento global era uma realidade, um fato que encontrou oposição política por causa de suas implicações, mas dentro de 20 anos já não manifestavam dúvidas. Este processo representa o início do reconhecimento de que as atividades humanas estão, de fato a afetar a estrutura e funcionamento da Sistema Terra como um todo.

A crescente consciência da influência humana sobre o Sistema Terra, segundo Steffen (2007), foi auxiliado pelo(a):

- i) os rápidos avanços em pesquisa e compreensão;
- ii) o enorme poder da internet como uma informação global, de auto-organização;
- iii) a disseminação de sociedades mais livres e abertas, com meios de comunicação independentes; e
- iv) o crescimento de sistemas políticos democráticos, estreitando o espaço para o exercício do poder do Estado e reforço do papel da sociedade civil.

A humanidade está, de uma forma ou de outra, tornando-se um auto-consciente, agente ativo no funcionamento do seu próprio sistema de suporte de vida (LOMBORG, 2001).

Dada a dimensão global dos problemas do mundo, várias formas de governança global já estão operando. Em vista da tendência de reprodução da desigualdade política em todos os níveis de governança, e dada a surpreendente capacidade de persistir dos nacionalistas, ambos os fatores — desigualdade política e resistência nacionalista — reduzem as possibilidades de emergências, num futuro próximo, de uma governança global democrática.

Ressalta-se que o surgimento da governança global como um meio transnacional para solução de problemas não anuncia necessariamente o advento de um governo global. E, nesse ponto que relaciona-se a governança global ao tipo ideal de Weber, pois independente do marco disciplinar ou teórico — relações internacionais e análise de sistemas mundiais, por exemplo — não há indícios de um organismo político unificado como esse ameaça tornar-se realidade. Alguns poderão argumentar que, mesmo sem um organismo político formal, o sistema de governança, em sua presente forma, opera de maneira muito semelhante a um estado global, no qual alguns poucos países atuam em conjunto para dominar o resto.

Com o exposto, resta evidente, em Weber, a perspectiva de edificação de uma ciência humana da realidade, bem distinta das ciências naturais. Isto sinaliza a correlação presente entre o objeto da sociologia compreensiva, bem como das ferramentas metodológicas para apreensão deste objeto, clarificando a lógica presente em toda a obra weberiana, que é a de construções conceituais vinculadas a fenômenos que possam ser explicados nos próprios indivíduos.

Há que concluir que o recurso metodológico encontrado no tipo ideal não submete a sociedade a meras tipificações previamente definidas e dotadas de imutabilidade, todavia permite imprimir certa lógica ao ordenamento do real e a explicação causal dos fatos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Lúcio Alves de. **Sobre o individualismo metodológico no pensamento social**. Disponível em: <https://www.academia.edu/13176211/sobre_o_individualismo_metodológico_no_pensamento_social>. Acesso em 28 nov 2016.

COHEN, Gabriel. Introdução. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

DINIZ, Eli. **Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, no 3, 1995. pp. 385-415.

DUBROW, Joshua Kjerulf. **Governança Global Democrática, Desigualdade Política e a Hipótese da Resistência Nacionalista**. Sociologias. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 94-110. Jan. 2013.

FINKELSTEIN, Lawrence S. **“What is Global Governance”**. Associação de Estudos Internacionais, Vancouver, 1991. pp. 367-372.

GOULART, Fernando Antonio Leite; GOMES, Eduardo Rodrigues. **Desafios da Governança e Transparência na regulamentação técnica do comércio internacional de produtos agrícolas e industriais**. Niterói, Ed.: II Simpósio Internacional de Transparência nos Negócios, ano 2008. Disponível em: <http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/1336/1/2008_GoulartGomes.pdf.pdf> Acesso em 10/06/2016.

HOWARD, Lisa Morje. **Sources of Change in United States - United Nations Relations**. Global Governance, v. 16, p. 485-503, 2010.

KEOHANE, Robert O. **Global Governance and Democratic Accountability**. United Nations Public Administration Network (UNPAN) 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan034133.pdf>> Acesso em 23 nov 2016.

KRAHMANN, Eike. **National, Regional and Global Governance: One Phenomenon or Many?** Global Governance, v. 9, p. 323-346, 2003.

KRATOCHWIL, Friedrich; RUGGIE, John Gerard. **A Stage of the Art on an Art of the State**. Michigan, Ed.: The MIT Press, International Organization, v. 40, n. 4, ano 1986, p.753-775.

LEE, Yuan-Tseh. **Challenges Facing Human Society en the 21st Century**. In: BURAWOY, Michael. Ed. Facing an Unequal World: Challenge for a global sociology. Taiwan: Institute of sociology, Academia Sinica, 2010. p. 28-34. v.1. Disponível em: <<http://www.ios.sinica.edu.tw/cna/download/proceesings/02.Lee.Opening.pdf>>. Acesso em 14/nov/2016.

LOMBORG, Bjorn. **The Skeptical Environmentalist: Measuring the Real State of the World**. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2001.

LORENZETTI, Julia Vaz; CARRION, Rosinha Machado. **Governança ambiental global: atores e cenários**. Cadernos EBAPE. BR, v. 10, n. 3, p. 721-735, 2012.

MARKOFF, John. **Globalization and the future of Democracy**. Journal of World Systems Research. v.5, n.2, 1999. Disponível em: <http://jwsr.edu/archive/vol5/number2/v5n2_split/jwsr_v5n2_markoff.pdf> Acesso em 14/nov/2016.

MONTEIRO, J. Cauby S; CARDOSO, Adalberto Trindade. **Weber e o individualismo metodológico**. Anais do 3º Encontro Nacional da ABPC - Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói - RJ, jul 2002.

OLIVEIRA, Carla Montefusco. **Método e sociologia em Weber: alguns conceitos fundamentais**. Revista Eletrônica Inter-Legere. n. 3, 2008.

PLATIAU, Ana Flávia Barros; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T.. **Meio Ambiente e Relações Internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate**. Ed.: Rev. Bras. Polít. Int. 47 (2): 100-130, 2004.

RAMOS, Guerreiro. **A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da Administração**. Revista do Serviço Público. Brasília. v. 57, n. 2, p. 267-282, 2006.

ROSA, Breno Augusto Alves Pereira; BUENO, Ironildes. **O panorama contemporâneo da governança global do meio ambiente: atores e desafios**. World Citizen Magazine, v. 1, n. 1, 2013.

ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. (Eds.). **Governance without government: order and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. **The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature**. AMBIO: A Journal of the Human Environment, v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007.

STEFFEN, Will et al. **Global change and the earth system: a planet under pressure**. Springer Science & Business Media, 2006. Disponível em <http://www.igbp.net/download/18.1b8ae20512db692f2a680007761/IGBP_ExecSummary_eng.pdf>

TOMASSINI, Luciano. **Governabilidad y Políticas Publicas em America Latina**. In: FLÓREZ, Fernando Carrillo (editor). Democracia em déficit. Gobernabilidad y desarrollo em América Latina y el Caribe. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohen. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a.

_____. **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais**. In: WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais, Parte 1. São Paulo/Campinas: Editora Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999b.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, Parte 2. São Paulo/Campinas: Editora Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.